



GEOPOLÍTICA DO BRASIL

Octavio Tosta

CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS

Para o mestre brasileiro Everardo Backheuser, *Geopolítica* é a "política feita em decorrência das condições geográficas".

Os seguintes aspectos das *condições geográficas* do Brasil, devem ser destacados:

O território brasileiro ocupa importante posição continental e litológica. Pertence ao Hemisfério ocidental e situa-se na parte centro-oriental da América do Sul. As fronteiras do Brasil foram, basicamente, definidas no Tratado de Madrid de 1750, fundamentado no princípio do *uti possidetis* ("cada qual há de ficar com o que atualmente possui"), invocado pelo brasileiro Alexandre de Gusmão. Os limites definidos nesse tratado, com exceção do Acre, correspon-

dem, de um modo geral, às raiais atuais do Brasil e, certamente, constituem as divisas mais antigas e estáveis existentes entre os países do mundo.

O Brasil possui uma superfície de 8.5 milhões de quilômetros quadrados que equivalem, aproximadamente, à metade da área total do continente sul-americano (18 milhões de quilômetros quadrados). As fronteiras terrestres do Brasil estendem-se por mais de 16.423 quilômetros. Seu comprimento ultrapassa, em mais de 3.600 quilômetros, os diâmetros da terra (12.755 quilômetros, o equatorial, e 12.711, o polar). A fronteira marítima do Brasil, banhada pelas águas dos dois Atlânticos, cobre 7.367 quilômetros da parte oriental do país. Sua extensão corresponde à distância existente entre os pontos mais seten-

trional e mais meridional da América do Sul.

O saliente nordestino brasileiro projeta-se sobre o extremo ocidental da África e forma com este um estrangulamento de 1800 milhas que limita os dois Atlânticos. O Atlântico Sul aproxima o Brasil dos países da África Negra situados na parte ocidental do continente.

A região mais setentrional do Brasil sofre a natural atração do Caribe e a porção meridional do país, integrante do cone sul, projeta-se sobre a Antártica que dista apenas 4.000 quilômetros da América do Sul (distância inferior ao afastamento existente entre os pontos extremos do Brasil).

Poder Nacional

Há vários critérios para a avaliação da potencialidade de um país nos sistemas internacionais de poder. O critério mais comum resulta da comparação dos seguintes *elementos do poder nacional*: espaço, recursos naturais, potencial humano e PNB. O simples exame desses elementos permite admitir-se que o Brasil deve situar-se entre as grandes potências mundiais.

Adolf Berle Júnior, estudando alguns aspectos da liderança mundial dos Estados Unidos, confessa que "outros países comparáveis em extensão territorial e em abundância de recursos estão progredindo com mais rapidez que os Estados Unidos". Referindo-se ao Brasil, afirma: "Com uma superfície que seria igual à dos Estados Unidos, se este tivesse dois Texas,

uma população atual de 60 milhões (escrito em 1957) e um incremento anual de um milhão e quinhentos mil, uma capacidade de organização não desprezível e recursos naturais que têm sido comparados aos dos Estados Unidos, o Brasil deverá encerrar o Século XX com uma população de uns 125 milhões, um potencial econômico comparável ao dos Estados Unidos de hoje e uma posição predominante no mundo latino, europeu e americano".¹

Com base no PNB, os principais países do mundo, salvo eventuais variações, podem ser grupados nas seguintes categorias:

Superpotências: Estados Unidos e União Soviética.

Grandes Potências: Japão, Alemanha Ocidental, França, China e Reino Unido.

Potências Médias: Itália, Canadá, Brasil, Espanha e Holanda.

Ray S. Cline observa que "o poderio nacional, descrito em termos realistas, é uma mistura de vulnerabilidades estratégicas, econômicas e políticas. É determinado em parte pelas forças militares e pela organização militar de um país, porém, mais ainda pelo tamanho e localização do território, a natureza de suas fronteiras, as populações, os recursos de matérias-primas, a estrutura econômica, o desenvolvimento tecnológico, a força financeira, a composição étnica, a coesão social, a estabilidade dos processos políticos e decisórios e, por último, a qualidade intangível ge-

¹ in O Mundo entre o Ocidente e o Oriente.

ralmente chamada de espírito nacional.²

Fundamentado nesses componentes do poderio nacional, Cline elaborou uma fórmula que permite a classificação das potências em função do seu *poder percebido*. Na classificação, o Brasil ocupou o 6º lugar, tendo sido superado apenas pela União Soviética, Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Japão e Irã, e quase em posição de igualdade com a China.

O General Edgardo Mercado Jarrim, ex-Chanceler do Peru e autor de diversos trabalhos sobre Geopolítica da América Latina, afirmou que "as perspectivas de o Brasil tornar-se uma potência de alcance mundial derivam em grande parte de fatos reais: sua posição geográfica, seu imenso território, sua considerável e crescente população, o conjunto de recursos naturais que abriga, seu acumulado dinamismo econômico, sua estabilidade política e seu generalizado espírito nacional".³

De 1963 a 1968, o Produto Interno Bruto do Brasil elevou-se de 1,5% para cerca de 8,4%. Em 1969, atingiu, segundo dados oficiais, o patamar dos 9%, tendo chegado, em 1970, aos 9,5%. Evidentemente vários fatores concorreram para esses altos índices divulgados pelo Governo, inclusive o baixo preço do petróleo e a situação econômica internacional. Carlos Garcia Martinez, comentarista do jornal *La Nación*, de Buenos Aires, admitiu "o surgimento, pela primeira

vez em toda a história política da região, de um país que está a caminho de converter-se em uma potência mundial".

Havia tanta convicção de um promissor e grande futuro imediato do Brasil que o governo estabeleceu, na parte relativa a *objetivos e estratégia*, das "Metas e Bases de 1970", o seguinte *Objetivo Síntese*:

"Ingresso do Brasil no mundo desenvolvido, até o final do século. Construir-se-á no país, uma sociedade efetivamente desenvolvida, democrática e soberana, assegurando-se assim, a viabilidade econômica, social e política do Brasil como grande potência".

Poder Nacional Atual

Não pode haver uma geopolítica ufanista. Pelo contrário, a verdadeira geopolítica tem que ser essencialmente racionalista. Os elementos quantitativos do poder nacional (espaço, potencial humano, recursos naturais e PNB) traduzem, em realidade, um *poder estático* ou um potencial que, nem sempre, significa poder político no contexto internacional. O Brasil e o Japão possuem igual potencial humano mas, qualitativamente, os recursos humanos do Japão são muito superiores aos do Brasil.

Há três formas de utilização do *potencial político* de um Estado na execução da sua política exterior. A primeira, consiste na simples aplicação do *poder*. A segunda, refere-se ao exercício da *influência*; e a terceira, resulta da utilização do *prestígio*.

² in Avaliação do Poder Nacional.

³ in Uma Nova Potência no Horizonte

O *poder* tem diversas conotações. Pode ser traduzido pela capacidade de exercer o poder de "coerção" sobre as outras nações, quer por métodos pacíficos, quer por métodos militares, como admite Roberto Campos. Também pode significar a capacidade de suspensão de privilégios ou de cooperação de interesse vital para o Estado⁴. Schwarzenberger⁵ relaciona o poder à capacidade de impor uma vontade a outrem, pela certeza nas sanções efetivas, no caso de desobediência. Com base nessas idéias, pode-se afirmar que "o poder político (fundamental no relacionamento internacional) deve ser precedido pela força econômica e apoiado em um poder militar".

Os recursos naturais, atualmente produzidos pelo Brasil, não podem ser considerados vitais. Portanto, não favorecem uma política de pressão resultante da suspensão ou redução do seu fornecimento, como ocorreu com o petróleo produzido pelos países árabes. Mesmo os produtos agrícolas exportados pelo Brasil, apesar do seu valor comercial, não permitem sua utilização política por não serem essenciais, ou pela relativa facilidade de, o seu fornecimento, ser proporcionado por outros produtores. Além disso, o país é dependente da importação de recursos minerais estratégicos e ainda não conseguiu auto-suficiência na produção de alimentos.

⁴ WAINER SELCHER, in O Brasil no Sistema Mundial de Poder.

⁵ GEORG SCHWARZENBERGER, in La Política del Poder.

A *influência* consiste na aplicação de efeitos não coativos e, muitas vezes cooperativos, sobre os outros, para que sejam alcançados os propósitos que se tem em vista. São táticas de influência: "a barganha, a persuasão, a concessão, a oferta de vantagens em troca de benefícios, como no caso da ajuda, do investimento e do comércio exteriores". Em circunstâncias normais, o exercício da influência é um instrumento da política exterior bem mais vantajoso do que qualquer das formas de utilização coativa do poder. O Brasil tem usado sua influência junto a países da América do Sul para a troca de benefícios de interesse comum. Seria desastrosa uma política do Brasil na América do Sul baseada na força, com a evidente exceção das questões relativas à preservação da segurança nacional.

O *prestígio* constitui uma forma indireta de exercer o potencial político. Resulta da imagem que o país tem no exterior, como decorrência do respeito que impõe, da coerência e seriedade com que enfrenta os problemas internacionais, do grau de confiança que inspira a outras nações, da importância que possui, da independência de atitudes e da retidão de sua moralidade internacional. O prestígio pode favorecer o exercício da influência, mas, nem sempre, o do poder.

Embora a taxa de desenvolvimento econômico e o acelerado processo de industrialização do Brasil tenham destacado sua imagem no exterior como país que se moderniza, parece que foram as seguintes atitudes políticas e econômicas adotadas pelo governo do

Brasil, nos dois últimos mandatos presidenciais, que realmente melhoraram o prestígio internacional do país:

1ª) Firmeza do governo relativamente ao respeito aos direitos humanos.

2ª) Adoção de decisões políticas independentemente dos interesses norte-americanos (O governo brasileiro resistiu às pressões do governo dos Estados Unidos relativamente à execução do programa nuclear).

3ª) A denúncia do Acordo de Assistência Militar, firmado com os Estados Unidos, em 1952.

4ª) A abertura democrática.

5ª) A execução do programa nuclear brasileiro.

6ª) O desenvolvimento da indústria bélica voltada para a exportação.

As atitudes de firmeza do governo do Brasil trouxeram duas vantajosas conseqüências na política exterior do país: Washington tomou conhecimento da possibilidade brasileira de manobrar independentemente dos interesses estadunidenses; e para os latino-americanos, o Brasil deixou de ser considerado um instrumento da política norte-americana na América Latina.

A par desses fatores de prestígio internacional, o Brasil apresenta, no atual quadro sócio-econômico, vulnerabilidades tão sérias que, além de enfraquecerem o seu prestígio, também limitam sua capacidade de influência no relacionamento internacional. Embora o atual crescimento da produção agrícola e industrial situe o Brasil acima de qualquer outro país em

desenvolvimento, o substancial aumento do PNB não está concorrendo de modo satisfatório para a distribuição da riqueza. A medida que a industrialização progride, está ocorrendo maior concentração de riqueza por classe e por região. A taxa de crescimento da população constitui outro grave desafio. Apenas durante o atual mandato presidencial, a população brasileira deverá ser acrescida de um contingente de 18 milhões de indivíduos. Esse aumento demográfico será superior: 1º) à população da Venezuela, que tem um PNB *per capita* de 3.507 dólares (1979), para uma população de 15 milhões; 2º) à população da Alemanha Oriental, que tem um PNB *per capita* de 4.519 dólares (1977), para uma população de 17 milhões; 3º) à população da Austrália, que tem um PNB *per capita* de 5.950 dólares (1979), para uma população de 14 milhões.

A alta taxa de crescimento da população associada às elevadas taxas de migração têm concorrido para a existência de milhões de indivíduos marginalizados da sociedade política. Além disso, o país tem grande deficiência de capital e enfrenta crescente dívida externa a administrar, agravada pela dependência ao petróleo e à tecnologia importados. Presentemente, apesar do extraordinário esforço para aumentar as exportações, os investimentos em saúde, educação e segurança nacional estão bem abaixo das necessidades vitais do país, por absoluta falta de recursos.

Organski admite que somente com um *poder positivo* será possí-

vel influir no curso dos acontecimentos internacionais. Na atual conjuntura, grande parte do poder econômico do país está concentrada na limitação das dificuldades. Embora tal fato não traduza a inviabilidade do país porque é imenso o seu potencial, parece significar que, na difícil fase que atravessa, o Brasil possui apenas, um *poder negativo*.

Aspectos Geostratégicos do Brasil na América do Sul

Para Nicholas John Spykman, Geopolítica é a "política de segurança nacional em termos dos seus fatores geográficos". Essa expressão responde à seguinte pergunta: "Dada uma situação geográfica particular, qual é a melhor política a seguir para obter sua segurança?"

Como a política de segurança nacional, fundamentada nas condições geográficas é *geoestratégia*, passemos ao exame do quadro geoestratégico do Brasil.

Dois fatos geográficos incontestáveis, fundamentam uma Geoestratégia Nacional.

Primeiro — O Brasil está na América do Sul.

Segundo — O Brasil é um país atlântico.

No Continente Sul-Americano, o Brasil desfrui de vantajosa posição geoestratégica. Ocupa uma posição central com relação aos países vizinhos, cujos territórios, desdobram-se em leque ao longo de suas fronteiras. O quadrilátero do poder nacional, constituído pelas cidades (e suas zonas de influência) de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo

Horizonte e Brasília, além de apresentar relativa segurança contra os nossos vizinhos, facilita o grande apoio logístico às regiões fronteiriças. Por outro lado, as áreas periféricas do território brasileiro estão debruçadas sobre importantes centros do poder político e econômico de diversos países da América do Sul.

A comparação dos elementos do poder nacional, com os dos países platinos, permite constatar-se a existência de satisfatória superioridade estratégica do Brasil. A República Argentina é, incontestavelmente, depois do Brasil, o Estado mais poderoso da América do Sul. Ocupa o 2º lugar em extensão territorial e, juntamente com a Colômbia, é o 2º país mais populoso do continente. Possui recursos minerais estratégicos e é pouco dependente do petróleo importado. Sua agropecuária tem importância mundial e seu parque industrial é dos mais adiantados da América Latina. O elevado nível sócio-cultural da população argentina e seu elevado PNB *per capita* atribuem ao país características de desenvolvido. Todavia, sua taxa de crescimento demográfico é das mais baixas da América Latina. Tal fato constitui séria vulnerabilidade porque está reduzindo seu poder relativo na América do Sul. Segundo "Population Reference Bureau", em 1972, a Argentina possuía 25 milhões de habitantes e a Colômbia, menos de 23 milhões. Em 1980, a população estimada da Argentina atingiu 27 milhões e 64 mil habitantes, e a Colômbia a ultrapassou em mais de 100 mil habitantes.

Uma comparação quantitativa dos elementos do poder nacional, espaço e potencial humano, dos dois mais poderosos Estados da América do Sul, permite as seguintes observações: 1ª) o potencial humano da Argentina está para o do Brasil na mesma proporção que estaria o potencial humano do Brasil para uma população que correspondesse à soma da população dos Estados Unidos com a de todos os demais países da América Latina, menos a do Brasil; 2ª) a correspondência das áreas dos dois países equivale à relação que existiria entre a área do Brasil e a de um país que abrangesse o território da União Soviética acrescido do da totalidade dos territórios dos demais países da Europa.

A comparação da República Oriental do Uruguai (dos menos extensos e populosos países da América do Sul) com o Brasil, revela impressionante abismo: o Uruguai está para o Brasil, na mesma proporção que o Brasil estaria para um país que possuísse, aproximadamente, a população total do mundo e, mais de três vezes e meia, a soma das superfícies de todas as terras emersas. Evidentemente, esses dados são teóricos. O nível sócio-cultural das populações argentina e uruguaia é, em média, superior ao dos recursos humanos do Brasil e, tal aspecto, também constitui ponderável fator de poder nacional.

O grande contraste existente entre o potencial do Brasil e o de todos os seus vizinhos, tem concorrido para a permanência de falsas impressões sobre propósitos hegemônicos ou imperialistas por parte

do Brasil. "Uma análise realista da situação argentino-brasileira — adverte um estrategista argentino — não pode ocultar que, a longo prazo, poderá produzir-se um desequilíbrio a favor do Brasil, que, por sua vez, poderá transformar-se na principal ameaça à nossa segurança nacional".⁶

O eminente geopolítico argentino, General Juan E. Guglielmelli, afirmou que "para um país como o Brasil de significativo crescimento populacional e muitas limitadas zonas de clima temperado, as áreas produtoras de clima temperado (a pampa *humeda* argentina) podem constituir um objetivo a longo prazo, tal como ocorre hoje com os recursos naturais energéticos e os minerais estratégicos".⁷

A despeito do grande abismo de poder, existente entre o Brasil e alguns países vizinhos, qualquer tentativa de utilização das forças armadas como instrumento da política exterior conduziria, certamente, a resultados desastrosos. Comprometeria o prestígio do Brasil na América do Sul, reduziria sua capacidade de influência, e poderia concorrer para anular a eficiente e hábil atuação do Itamaraty no sentido de manter o bom relacionamento do país com todos os demais Estados da América do Sul. Liddell Hart adverte que, entre os militares profissionais, "há uma tendência muito natural de se perder de vista o objeto da política nacional e de indentificá-lo com o objetivo militar". Saliencia que os "efeitos

⁶ in *Relaciones Argentino-Brasileñas* — pp 49/57 da revista *Estratégia* de jan/fev., 1970.

⁷ in *Argentina, Brasil y la bomba atómica*.

perniciosos dessa falsa concepção vão ainda mais longe, pois, ao se perder de vista a adequada relação existente entre o objeto político e o objetivo militar (ou seja, entre a política e a estratégia), o objetivo militar adquire um caráter deformado e excessivamente simplificado".⁸

Segundo o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres, os países da América do Sul dispunham, em 1980, dos seguintes efetivos nas suas forças armadas:

Brasil — um total de 281.000, sendo 182.000 no Exército; 49.000 na Marinha; e 50.000 na Força Aérea.

Argentina — um total de 145.000, sendo 80.000 no Exército; 45.900 na Marinha; e 20.000 na Força Aérea.

Seguem-se, em efetivo total: o Peru, com 92.000; o Chile, com 85.000; a Colômbia, com 67.500; a Venezuela, com 41.500; o Equador, com 32.800; o Uruguai, com 27.500; a Bolívia, com 22.500; o Paraguai, com 15.500; e a Guiana, com 7.000 homens.

Esses valores servem apenas de base para um raciocínio teórico. Considerando os pequenos efetivos militares da maioria dos países da América do Sul, a simples aquisição de um submarino, de um destróier ou de uma esquadilha de caças, pode constituir sensível modificação no balanço do poder militar.

Sem levar em conta o atual poder militar da Argentina, decorren-

te da sua situação de emergência, o Brasil possui superioridade militar, em efetivos, tanto com relação aos países platinos como com relação aos países andinos, com os quais tem fronteira. Mesmo uma pequena modificação no balanço do poder militar, a favor dos seus vizinhos, poderia ser compensada pelas vantajosas condições geoestratégicas que o país apresenta.

Aspectos Geoestratégicos do Brasil no Atlântico

Embora pareça remota a possibilidade de uma guerra de caráter global, o Ocidente já está vivendo um período de *confrontação limitada*, posto em prática pela União Soviética, com o aparente propósito de estabelecer o estrangulamento econômico das potências capitalistas.

Presentemente, a sobrevivência econômica do Ocidente está na dependência do petróleo do Oriente Médio; do petróleo da região do Caribe (México e Venezuela); e dos transportes marítimos que conduzem essa matéria-prima aos países industrializados não comunistas. Por conseguinte, se a União Soviética controlar as duas áreas estratégicas (Oriente Médio e Caribe) e interceptar as rotas marítimas de petróleo, os Estados Unidos, e, além disso, a Europa Ocidental e outros países industrializados não comunistas poderão ficar asfixiados economicamente.

A aplicação conjunta dessas ações estratégicas poderia provocar a asfixia econômica das potências capitalistas. Diante de tal ameaça, os Estados Unidos e aliados pot-

⁸ in Estratégia.

rão ser compelidos a aceitar um *confronto direto limitado* com as forças da URSS e seus partidários.

O Brasil, graças às dimensões das suas fronteiras marítimas, é o maior condômino do Atlântico. O estrangulamento de 1800 milhas, existentes entre Natal e Dacar, poderá atribuir-lhe co-responsabilidade no controle das ligações entre os dois Atlânticos, cuja navegação é vital à sua sobrevivência econômica. As ilhas de Fernando de Noronha e Trindade, situadas, respectivamente, a cerca de 350 a 1100 quilômetros da costa, constituem satisfatórias bases avançadas para operações aeronavais e para o alarme antecipado. Além disso, a existência de diversos portos com águas profundas e áreas de abrigo, aumenta a capacidade operativa do seu poder aeronaval no Atlântico. Esses aspectos geoestratégicos favorecem a defesa dos recursos econômicos existentes na plataforma continental (particularmente o petróleo) e a proteção das rotas marítimas indispensáveis às crescentes trocas comerciais com o exterior.

A União Soviética — após adquirir superioridade naval em pontos de passagem obrigatória das rotas do petróleo — poderá tentar interceptá-las utilizando submarinos corsários ou a guerrilha naval, sem prévia declaração de guerra.

Ray Cline admite que "a proteção das rotas marítimas que ligam as nações comerciantes do mundo livre, através dos oceanos Atlântico, Pacífico e Índico, poderá ser assegurada pelo estabelecimento de uma *Aliança de Todos os Ocea-*

nos, constituída pelos seguintes países marítimos e comerciais trabalhando junto com os Estados Unidos: Grã-Bretanha, França, Canadá, Brasil, México, África do Sul, Japão e Austrália além de outros".⁹

Fora da América do Sul, o raio de ação geopolítica do Brasil, isto é, o limite de influência do poder nacional, deverá estender-se à África Ocidental e à Antártica. O intercâmbio econômico do Brasil com os países da *África Negra*, voltados para o Atlântico, é facilitado pela complementaridade das produções e pelas afinidades étnicas.

A projeção do Brasil na Antártica fundamenta-se nas seguintes razões:

1ª) Em 16 de maio de 1975, o Brasil aderiu ao Tratado da Antártica.

2ª) Para o Governo brasileiro, o Tratado da Antártica constitui o único diploma legal para o Continente Austral, sendo instrumento jurídico válido e aceito por todos os Estados membros que dele são parte.

3ª) O Brasil, por ser possuidor da mais extensa costa marítima no Atlântico Sul — costa essa devassada, em sua maior parte, pela Antártica — tem interesse diretos nesse continente.

4ª) O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca — TIAR, estabelece, no artigo 4º, que parte da Antártica pertence à região de legítima defesa dos Estados americanos. Portanto, se o Brasil é co-responsável pela defesa dessa área, não ocupada e não colonizada,

⁹ in Avaliação do Poder Mundial.

também deve possuir direitos sobre a mesma.

5ª) O Presidente João Figueiredo assinou decretos criando a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR) e, atribuindo à Comissão Interministerial de Recursos do Mar (CIRM), a elaboração do Projeto Antártico Brasileiro (PROANTAR). Competirá a este, estabelecer a política nacional para as pesquisas na Antártica que regulará a expedição científica brasileira à região austral, a ser enviada até o prazo limite de 1991.

Considerações Estratégicas Gerais

Com base nos conceitos de Spykman: *Geopolítica é a política de segurança de um país em termos dos seus fatores geográficos, e, dada uma situação geográfica par-*

ticular qual a melhor política a seguir para obter sua segurança?, podem ser alinhadas as seguintes observações.

1ª) O Brasil — após a URSS, Canadá, China e EUA, é o país mais extenso da Terra;

2ª) O Brasil, após a RPC, Índia, URSS, EUA e Indonésia, é o país mais populoso do mundo;

3ª) As Forças Armadas do Brasil têm que proteger um território com 7400 quilômetros de litoral e cerca de 16.000 quilômetros de fronteiras terrestres.

No entanto, se compararmos os efetivos das Forças Armadas do Brasil com os dos outros países que estão — ao mesmo tempo — entre os mais populosos e mais extensos da Terra, chegaremos, com base no *The Military Balance 1979-1980*, aos impressionantes contrastes:¹⁰

1. FORÇAS ARMADAS DA RPC: 4 360 000 homens	
— Exército	— 3 600 000
— Marinha	— 360 000
— Força aérea	— 400 000
2. FORÇAS ARMADAS DA URSS: 3 658 000 homens	
— Exército	— 1 825 000
— Marinha	— 433 000
— Infantaria Naval	— 12 000
— Força Aérea	— 475 000
— Forças Paramilitares	— 460 000
— Outras Forças	— 453 000
3. FORÇAS ARMADAS DOS EUA: 2 022 000 homens	
— Exército	— 750 800
— Fuzileiros Navais	— 184 000
— Marinha	— 524 000
— Força Aérea	— 563 000
4. FORÇAS ARMADAS DO BRASIL: 281 000 homens	
— Exército	— 182 000
— Marinha	— 49 000
— Força Aérea	— 50 000

¹⁰ *The International Institute for Strategic Studies.*

Evidentemente, o Brasil não poderia manter forças armadas de tal magnitude, nem, tampouco, seus imperativos de segurança nacional são comparáveis aos dessas três grandes potências, porque:

— os EUA e a URSS lutam pela liderança mundial;

— a RPC — embora muito distanciada em poder dessas duas superpotências — precisa manter efetivos militares (pelo menos forças terrestres) que lhe proporcionem relativa segurança diante do agressivo e poderoso vizinho.

As condições geoestratégicas do Brasil, no continente sulamericano, têm proporcionado, até o presente momento, satisfatória segurança, a despeito dos fraquíssimos efetivos militares para a sua condição de potência emergente que, em alguns aspectos, nivela-o aos países do primeiro mundo.

Todavia, constituiria exagerado otimismo, admitir-se a consecução daquele *Objetivo-Síntese* definido pelo governo, em 1970: "INGRESSO DO BRASIL NO MUNDO DESENVOLVIDO, ATÉ O FINAL DO SÉCULO. CONSTRUIR-SE-Á NO PAÍS, UMA SOCIEDADE EFETIVAMENTE DESENVOLVIDA, DEMOCRÁTICA E SOBERANA, ASSEGURANDO-SE ASSIM, À VIABILIDADE ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA DO BRASIL COMO GRANDE POTÊNCIA".

Faltam dezessete anos e meio para o término do presente século. Esse período corresponde a três mandatos presidenciais, de acordo com a Constituição. Com crise que avassala o mundo e as

dificuldades econômicas enfrentadas pelo Brasil, será muito difícil "construir-se no país, uma sociedade efetivamente desenvolvida" até o ano 2000. O exame racionalista das possibilidades do Brasil parece sugerir que — no presente século — o país terá que permanecer com o *status* de potência média com crescente influência na América do Sul. Fora deste continente, o raio de ação geopolítica do Brasil poderá estender-se à África Ocidental e à Antártica.

Relativamente à segurança coletiva, na competição do Ocidente com a União Soviética, o Brasil poderia ter que participar da defesa das rotas marítimas comerciais, no Atlântico Sul, e da segurança do hemisfério na região Caribe-América Central.

O ponto crucial da geoestratégia do Brasil — isto é, da geopolítica que atenda realmente à segurança nacional — refere-se ao engajamento do país na luta armada entre as duas superpotências.

Parece-me que a OTAN, o Pacto de Varsóvia e o TIAR, etc, são, em realidade, posicionamentos geográficos para atenderem à política de segurança das grandes potências. Quando as condições geoestratégicas de um país são favoráveis, este, poderá beneficiar-se de sua neutralidade, ou adotar a posição política mais adequada ao interesse nacional. Exemplos: a Iugoslávia, país comunista pró-Ocidente; e a Argentina, durante a 2ª Guerra Mundial.

O fato é que, nas relações internacionais, prevalecem, tão somente, os interesses. A Alemanha na-

zista e a Rússia comunista juntaram-se para conquistar a Polônia. Os EUA lutaram ao lado da URSS contra a Alemanha, a Itália e o Japão. Terminada a guerra, os Estados Unidos apoiaram os seus adversários da véspera contra o seu grande aliado na guerra. A China nacionalista (Formosa) teve existência graças ao pacto de defesa assinado com os EUA em 1954-55, e, foi repudiada por seu protetor em 1974. E agora, neste 30 de abril próximo passado, sob a alegação de que a Argentina havia sido agressora, hipotecaram o seu apoio à Inglaterra, na luta contra o país americano. Além disso, ainda puniram Buenos Aires com sanções econômicas.

Relativamente a uma posição neutral do Brasil numa competição entre as grandes potências dos dois mundos, os seguintes aspectos devem ser considerados.

Primeiro — O interesse nacional.

Segundo — A possibilidade de o Brasil manter a sua neutralidade.

No caso de uma guerra econômica entre a União Soviética e aliados com as potências pró-Occidente (isto é, uma situação de guerra sem guerra declarada) constituída por ações de submarinos corsários e por guerrilhas aeronavais, a *neutralidade* do Brasil poderia significar a possibilidade de:

— comerciar com as partes comprometidas no conflito;

— preservar as fontes produtoras de petróleo existentes na plataforma continental;

— poupar valiosos recursos humanos e materiais.

Como as guerrilhas impõem, geralmente, grande desgaste ao adver-

sário, a participação do Brasil, na situação de coadjuvante de grandes potências em uma luta com tais características, significaria, em termos pragmáticos, a realização de um grande esforço para alcançar vantagens, talvez simbólicas, e, geradoras de novas dificuldades. É quase certo que, somente uma posição neutral, poderá assegurar a "viabilidade econômica, social e política do Brasil, como nação realmente desenvolvida". Mas, para tanto, é preciso armar-se.

A denúncia do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos proporcionou expressivas vantagens no apressamento bélico do país. Da situação de crônico dependente de armamento e munições importados, o Brasil está transformando-se em um dos grandes produtores e exportadores de material bélico.

No dia 5 de maio do corrente ano foi encaminhado ao Congresso, projeto de lei criando a EMGEPRON (Empresa Gerencial de Projetos Navais) para promover o desenvolvimento da indústria militar naval brasileira. O Ministério da Aeronáutica já possui a EMBRAER (Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A) que vem tendo crescente êxito na construção de aeronaves. E o Ministério do Exército possui a IMBEL (Indústria de Material Bélico do Brasil) que promove, com base na iniciativa privada, o desenvolvimento da indústria de material bélico de interesse do Exército.

As empresas privadas de material bélico estão proporcionando ao país acelerado desenvolvimento na tecnologia e na fabricação de armamentos. A ENGESA (Enge-

heiros Especializados S/A) disputa presentemente com a URSS, a liderança mundial na fabricação de blindados leves sobre rodas. Produz torpedos e componentes e em projetos de canhões de longo alcance de 105 e 130 mm. A AVIBRÁS (Avibrás Indústria Aeroespacial S/A) está competindo no mercado internacional com os norte-americanos, franceses, ingleses, belgas e italianos. A partir de 1983 deverá estar operando importante fábrica de mísseis e foguetes especiais, com grande parte da produção destinada à exportação. Foguetes brasileiros já equipam aviões MIG dos países árabes, além dos F-5 usados pela FAB.

A EMBRAER está construindo, com a Aeromachi, da Itália, o avião de combate AMX, que substitui o Super Etendard utilizado para o ataque ao destróier inglês "Sheffield".

D.F. VASCONCELLOS pode fornecer foguetes e mísseis. O foguete SBAT-37 em produção, pode equipar navios de guerra, com sistema de lançamento desenvolvido pela empresa.

A indústria brasileira de material bélico, voltada para a exportação, está financiando o seu desenvolvimento tecnológico e conduzindo o país a razoável auto-suficiência na produção de engenhos de guerra.

Para que se possa ter uma idéia da justa dimensão das forças armadas do Brasil, são necessárias as seguintes observações:

1ª) o país não está diante de ameaça iminente de agressão;

2ª) as condições geostratégicas do país favorecem sua segurança,

tanto no quadro continental, como no Atlântico Sul;

3ª) o Governo do Brasil não aceita a política de "alinhamento automático", que poderia exigir o imediato comprometimento militar do país em uma ação de discutível interesse coletivo.

4ª) mesmo numa situação de neutralidade diante do conflito leste-oeste, o país poderá ser forçado a manter a presença de adequado poder aero-naval no Atlântico Sul.

Mas, embora considerando que são excelentes as relações do Brasil com a Argentina; substancial o intercâmbio comercial; expressivos os interesses comuns; e vantajosas as condições geostratégicas do nosso país, não se pode deixar de reconhecer a atual tendência do nosso importante vizinho, de resolver seus problemas de política exterior com o sistemático apelo à força, como o comprovam os seguintes fatos.

Em agosto de 1958, o contratorpedeiro argentino "San Juan", ancorou junto à ilha Snipe, situada próximo à boca do canal de Beagle, e disparou quatro tiros de canhão. Em seguida, realizou-se o desembarque de cerca de 100 marinheiros que destruíram o farol ali existente. O litígio de limites na região do canal de Beagle foi submetido à arbitragem da Rainha da Inglaterra que apresentou, em maio de 1977, um laudo favorável às pretensões chilenas. Faltando menos de um mês para se esgotar o prazo, dentro do qual a Argentina deveria se pronunciar sobre o laudo, toda a Marinha de Guerra

do país foi mobilizada para realizar exercícios perto da área em disputa. A operação naval foi completada por uma operação terrestre realizada pelo Exército Argentino.

Após longo período de tensão, os dois países concordaram em submeter a questão à mediação do Papa João Paulo II. Em fevereiro de 1981, o papa emitiu o laudo de mediação. O governo chileno aceitou a proposta papal. O governo Argentino recusou-a. Algumas semanas depois, os governos dos dois países, juntamente com um enviado papal, assinaram um protocolo em que se comprometiam a procurar uma solução pacífica para o problema, a partir das sugestões apresentadas pelo Papa.

No dia 29 de abril de 1981, o governo argentino fecha suas fronteiras com o Chile e mobiliza tropas na região de Mendoza, porque fora anunciada a prisão, na cidade chilena de Los Angeles, de dois oficiais do Exército argentino, acusados de espionagem.

E agora, no dia 2 de abril próximo passado, a Marinha argentina, após um ataque de surpresa, conquistou as ilhas Falkland (Malvinas) e, no dia seguinte, as Georgias do Sul.

CONCLUSÕES

Após a apreciação de alguns aspectos do poder nacional e de ter analisado a posição geoestratégica do Brasil, tanto no quadro sul-americano, como no cenário atlântico, será necessário apresentar algumas considerações de caráter político, antes de traçar as *linhas*

geopolíticas definidoras de uma Geopolítica do Brasil, na presente conjuntura.

O Presidente João Figueiredo, na sua Mensagem ao Congresso, de 1982, ao examinar a Política Externa, apresenta dois pontos que são básicos no estabelecimento de linhas geopolíticas do Brasil.

— O primeiro refere-se à observação de que *"nossas possibilidades de influência são limitadas"*.

— O segundo está contido na afirmação: *"O Brasil não aceita transferência para cenários regionais do quadro global da confrontação. Condena, qualquer que seja seu pretexto, violações de soberania e intervenções, diretas ou indiretas, que ferem o direito da auto-determinação e são motivo permanente de perpetuação de conflitos e impasses"*.

O Embaixador Saraiva Guerra, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, referindo-se à política do Brasil na América Latina, teceu as seguintes considerações:

— *"O sentido do processo político latino-americano é consensual e jamais de subordinação, hegemonias ou verticalismos"*.

— *"A aproximação entre nós faz com base no princípio de igualdade soberana dos Estados e não interferência nos seus assuntos internos e externos, regras essenciais da convivência internacional. Não vemos contradição objetiva entre a aplicação consciente desses princípios e o processo de crescente integração, em que todos estamos empenhados"*.

— *"A consciência de nossa identidade nos leva ao diálogo universal, especialmente com interlocu-*

tores que têm problemas e aspirações semelhantes aos nossos".

— "O Brasil, como as nações em desenvolvimento da África, tem interesse em manter o Atlântico Sul afastado da corrida armamentista e da confrontação entre as superpotências.

— "Temos aguda consciência de que, dados os atuais padrões de comportamento internacional, as situações de insegurança ou de intranquilidade estimulam o envolvimento extremamente adverso a nossos interesses comuns de forças ou interesses estranhos à região latino-americana".

Focalizando as relações do Brasil com a África, o Chanceler do Brasil afirmou:

— "Os objetivos do Brasil na África são claros: visamos à paz e à cooperação; ao estabelecimento de um relacionamento igualitário, avesso a hegemonias e paternalismos, baseado no respeito mútuo, e confiante no espírito de independência autêntica que anima nossas nações".

Com base nesses princípios da política externa e, levando em consideração o raio de ação geopolítica do Brasil ("possibilidades de influência limitadas"), a Geopolítica do Brasil, na presente conjuntura, deverá limitar-se às seguintes linhas de ação geopolítica:

Primeira — Integração com os países da América do Sul.

Altamente favorecida pelas condições geográficas, poderá constituir poderoso estímulo à geração de interesses comuns. O prestígio e a capacidade de influência do Brasil deverão estar respaldados no

seu respeito às individualidades nacionais, bem como no seu poder.

Segundo — Projeção sobre a África Ocidental.

Os vizinhos de além-mar possuem grandes afinidades com os brasileiros e apresentam condições para se tornarem importantes parceiros no intercâmbio com o Brasil.

Terceira — Presença na Antártica.

O Brasil aderiu ao Tratado da Antártica. As condições geostratégicas do país e os interesses científicos e econômicos, aconselham a presença do Brasil no Continente Austral.

O raio de ação geopolítica do Brasil, também possibilitaria a sua participação no confronto-global, em processo na área Caribe-América Central; bem como, numa eventual luta pela preservação das rotas marítimas do Atlântico Sul. O engajamento do país nessa competição, abalaria, certamente, a sua economia, e retardaria ou comprometeria o seu ingresso no mundo desenvolvido. Por outro lado, o país possui condições geopolíticas que lhe permitem vantajosa convivência internacional, tanto na dimensão Leste-Oeste, como no sentido Norte-Sul.

Em síntese, a Geopolítica do Brasil além de fundamentar-se na respeitável realidade geográfica do país, deverá ser essencialmente pragmática na preservação dos verdadeiros interesses nacionais.

Brasília, 1982

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CARDOSO DE MENEZES, Eurípedes: *A Antártica e os Desafios*

- do Futuro, Capemi Editora, Rio, 1982.
2. CLINE, Ray S: *Avaliação do Poder Mundial*. "Seminário Internacional de Política e Estratégia", São Paulo, 1979.
 3. DIRECCION DE ESTRATEGIA: *Relaciones argentino-brasileñas, in Estrategia*. "Instituto Argentino de Estudios Estratégicos y de las Relaciones Internacionales", Buenos Aires, jan/Fev, 1970.
 4. GOLBERY (do Couto e Silva): *Geopolítica do Brasil*. Livraria José Olímpio, Ed. Rio, 1967.
 5. GUGLIAMELLI, Juan E: *Argentina, Brasil y la bomba atômica*. Colección Progresso, 12 Tierra Nova. Buenos Aires, 1976.
 6. JARRIN, Edgardo Mercado: *Uma nova potência no horizonte, in Suplemento Cultural do "O Estado de S. Paulo"*, São Paulo.
 7. JOÃO FIGUEIREDO: *Mensagem ao Congresso Nacional*, 1982. Imprensa Nacional, Brasília, 1982.
 8. LIDDELL HART, B.J: *Estratégia*. Biblioteca do Exército Ed. Rio, 1966.
 9. ORGANSKY, A.F.K: *World Politics*. Alfred A. Knopf - New York, 1968.
 10. SCHWARZENBERGER, Georg: *La Política del Poder*. Fondo de Cultura Económica, México, 1960.
 11. SELCHER, Waine A: *O Brasil no Sistema Mundial de Poder - "Seminário Internacional de Política e Estratégia"*. São Paulo, 1978.
 12. TAMBS, Lewis A: *A Influência da Geopolítica na Formulação da Política Internacional e da Estratégia das Grandes Potências - "Seminário Internacional de Política e Estratégia"*. São Paulo, 1979.
 13. THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES: *The Military Balance 1979-1980*. Londres (I.I.S.S.).
 14. THEREZINHA DE CASTRO: - *Rumo à Antártica*. Livraria Freitas Bastos, Rio, 1976. - *Atlas de Geopolítica do Brasil*. Capemi Editora, Rio, 1982.
 15. TOSTA, Octavio: - *Aspectos Geopolíticos do Brasil*. Pub. ESG/C1-45-64. - *Teorias Geopolíticas e Poder Mundial*. Pub. ESG/T16-80.

O Coronel Refo de Artilharia Octavio Tosta foi Instrutor, Subcomandante e Subdiretor de Ensino da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Além dos cursos normais necessários à formação do oficial de Estado-Maior, possui o de Técnica de Ensino e da Escola Superior de Guerra. É professor licenciado de Geografia e História e autor de vários trabalhos no campo da Geopolítica. Exerce atualmente as funções de membro da Divisão de Segurança e Informações da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

